

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.877 - MG (2019/0300919-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : ALEXANDRE DA CUNHA MENEZES (PRESO)
ADVOGADOS : ALEXANDRE DA CUNHA MENEZES - MG108898
FREDERICO DA CUNHA MENEZES OLIVEIRA - MG169052
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por ALEXANDRE DA CUNHA MENEZES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o qual denegou a ordem visada no *writ* n. 1.0000.19.083697-3/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado em 6/3/2018, juntamente com corréu, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 158 e 332, parágrafo único, do Código Penal, pois teriam solicitado e exigido, para si, por várias vezes, vantagens monetárias, a pretexto de influir em atos praticados por funcionário público no exercício da função.

O Tribunal local concedeu o *habeas corpus* impetrado para substituir a prisão preventiva por domiciliar, tendo as condições para o cumprimento desta sido estabelecidas, em 9/8/2018, pelo Juiz singular.

No dia 18/6/2019, o Magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente em razão do descumprimento das referidas condições (e-STJ fls. 104-107).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal local, que denegou a ordem (e-STJ fls. 73-77).

No recurso em *habeas corpus* manejado nesta Corte, a defesa alega a ocorrência de excesso de prazo na duração do processo, em razão de o recorrente estar preso desde 9/3/2018.

Afirma que o acusado encontra-se extremamente debilitado por motivo de doença grave e que o presídio onde encontrava-se recolhido não possui estrutura adequada para o seu tratamento, nem mesmo acomodações condignas reconhecidas pela OAB, nos termos do art. 7º, V, da Lei 8906/1994.

Requer o provimento do recurso para que seja concedida ao recorrente a substituição da prisão preventiva pela domiciliar (e-STJ fls. 84-103).

Sem contrarrazões, os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 161-166).

É o relatório.

Inicialmente, observa-se que às questões referentes ao excesso de prazo de duração do processo e à debilidade do recorrente por motivo de doença grave não foram apreciadas pelo Tribunal de origem, razão pela qual a sua análise nesta via fica impossibilitada, sob pena de supressão de instância.

Neste sentido (destaques acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. ROUBO TENTADO. ALTERAÇÃO DE REGIME PRISIONAL. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA. INOVAÇÃO RECURSAL. PRISÃO DETERMINADA PELO TRIBUNAL APÓS O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. LEGALIDADE. RECENTE ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REGIME SEMIABERTO. ADEQUAÇÃO. ANÁLISE DA PROGRESSÃO DE REGIME. SÚMULA 716 STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM NÃO CONHECIDA. [...]

2. Não é possível analisar a possibilidade de progressão de regime prisional (do semiaberto para o aberto) porque esta matéria não foi enfrentada pelo Tribunal local no acórdão impugnado. Inovação recursal e supressão de instâncias. [...]

(HC 509.450/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)

Narra a decisão que revogou a prisão domiciliar e decretou a preventiva (e-STJ fls. 104-107):

[...] Em relação ao requerimento formulado pelo Ministério Público, pugnando pela suspensão do exercício da advocacia, primeiramente constato que o acusado Alexandre se encontra em cumprimento de prisão domiciliar, em razão de outros delitos, ainda assim se tem a informação sobre o descumprimento das condições da prisão domiciliar impostas, pois o réu tem se deslocado de forma reiterada até o fórum da Comarca de São Roque de Minas e realizado diligências - cargas de processos - atos que foram inclusive certificados pela secretária deste juízo e encaminhado ao Ministério Público para adoção de medidas pertinentes.

Fato público e notório, o réu Alexandre responde por inúmeros atos ilícitos praticados no exercício da profissão (advocacia), pior ainda, mesmo sabendo das instaurações de Procedimentos Investigatórios e Inquéritos Policiais os quais visavam apurar suas condutas, o réu volta a cometer outros ilícitos, demonstrando tamanho descaso com a legislação vigente, da qual inclusive é conhecedor justamente por fazer das leis seu meio de vida.

*Considerando que o acusado Alexandre da Cunha Menezes conforme se afere das ff. 630/632, **descumpre as medidas cautelares anteriormente imposta, umavez que não comprovando atividade lícita e sem previa***

autorização, exerce a adocacia.

Assim diante da impossibilidade de seu comparecimento em nova audiência admonitória para esclarecer as condições ao acusado, uma vez que está foragido da justiça, entendo que a revogação da cautelar anteriormente imposta é medida de rigor.

Por isso, REVOGO a prisão domiciliar anteriormente concedida em face do acusado Alexandre da Cunha Menezes e DECRETO sua prisão preventiva.

Verifica-se que o Juízo primevo decretou a prisão preventiva do paciente em razão do descumprimento das condições impostas para a prisão domiciliar, destacando ainda a impossibilidade de realização de nova audiência admonitória, dado que o acusado encontra-se foragido da justiça.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ratificando o decreto preventivo, pois "*em virtude do descumprimento das condições do benefício da prisão domiciliar concedido, restou evidente a quebra de compromisso por parte do paciente*" (e-STJ fl. 76).

Sabe-se que, a teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o *periculum libertatis*, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública ou econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal e, também, diante do descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

E, na espécie, verifica-se que a medida extrema encontra-se devidamente embasada nas previsões do art. 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal, revelando-se imprescindível uma vez que o recorrente descumpriu as condições da prisão domiciliar a ele impostas. Além disto, extrai-se dos autos que o acusado encontra-se foragido da justiça.

A propósito:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REVOGAÇÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. DESCUMPRIMENTO DE CAUTELARES DIVERSAS. COMETIMENTO DE NOVOS DELITOS. AMEAÇA A TESTEMUNHAS. SALA DE ESTADO MAIOR. EXCEPCIONALIDADE. ORDEM DENEGADA COM RECOMENDAÇÃO. [...]

3. No presente caso, o paciente descumpriu as regras impostas para a prisão domiciliar, vindo inclusive a cometer novos delitos e a ameaçar testemunhas, o que enseja a decretação da prisão preventiva para garantir a aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal e assegurar a ordem pública. [...]

8. Ordem denegada, com recomendação.

Superior Tribunal de Justiça

(HC 502.012/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 18/06/2019)

Por fim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas para garantir a ordem pública.

Assim, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, não havendo coação ilegal a ser sanada por esta Corte Superior de Justiça.

Diante do exposto, **nega-se provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator